

Urbanização e migrações internas

MILTON DA MATA *

1 — Introdução

As migrações internas no Brasil começaram a desempenhar um papel de destaque na recomposição espacial da população somente a partir da década de 1930.¹ Acompanhando a evolução das atividades produtivas — basicamente agrícolas até três ou quatro décadas atrás — a população foi deslocando-se do campo para as cidades; entre 1940 e 1970, por exemplo, a população rural cresceu à taxa média anual de 1,8%, enquanto a urbana expandiu-se a 4,8%.

A colocação das migrações como reflexo das modificações espaciais no sistema produtivo, além de dar uma nítida consistência histórica ao fenômeno, evita que se formule uma visão catastrófica dele. Assim, o fato de os deslocamentos da população concentrarem-se basicamente em São Paulo, ou no Paraná, em determinada fase, indica apenas que a expansão da economia é maior numa destas do que nas demais regiões.

Mas o aspecto que mais tem polarizado a atenção dos analistas e/ou dos governantes é o do ritmo da urbanização, ao nível nacional. Conforme acentuado, o processo de urbanização vem atingindo também a economia — atividades produtivas — o que, da perspectiva da *consistência histórica*, indica adequação dos fluxos migratórios. Seria sem dúvida excesso de simplismo acreditar que, uma vez que as atividades não-agrícolas crescem mais rapidamente do que as

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

¹ Historicamente, a descoberta do ouro em Minas Gerais e a extração da borracha na Amazônia atraíram consideráveis levas de migrantes — principalmente do Nordeste do País — a estas regiões. No entanto, até 1920, do ponto de vista nacional, a entrada de estrangeiros no País foi superior a esses movimentos internos. Para a quantificação e análise da reversão desta tendência, veja-se de Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho, *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record, 1872-1970*, (IPE/USP, São Paulo: 1971), vol. I.

atividades agrícolas, implica isso dizer que a urbanização não atue no sentido de alterar a aparência e até a essência dos problemas da sociedade. Em outras palavras, uma rápida urbanização — no sentido estrito de paulatina concentração da população no meio urbano — põe normalmente à mostra o preexistente subemprego de parte da mão-de-obra, o que é uma alteração na aparência; mas, no bojo da urbanização aparecem hábitos novos, aumenta a procura de determinados bens e serviços, diminuindo a de outros. Estas são mudanças de conteúdo na sociedade.²

A ênfase do presente artigo é posta sobre o efeito mais visível das migrações internas, ou seja, a crescente concentração da população em aglomerados urbanos. É certo que a urbanização representa mudanças profundas na sociedade desde, digamos, hábitos alimentares até os conceitos religiosos, morais ou políticos. Mas os aspectos quantitativos parecem ser indicadores aproximados da magnitude destas mudanças, o que lhes legitimaria o uso.³

Procuramos avaliar com maior detalhe a concentração urbana, observando a distribuição da população em grupos de cidades, segundo classes de tamanho. Este agrupamento visa a medir o papel das pequenas, médias e grandes cidades como receptoras de migrantes; acreditamos ser esta medida de real interesse, uma vez que prevalece o consenso de que são as grandes metrópoles que suportam a quase totalidade das migrações rurais-urbanas.

² Em recente artigo, Paul Singer expõe com bastante lucidez sua visão da relação entre o desenvolvimento e as migrações. Embora as idéias alinhadas até aqui não coincidam necessariamente com as de Singer, muito nos beneficiamos de seu trabalho, para esclarecer pontos fundamentais. Veja-se Paul Singer, "Migrações Internas: Considerações Teóricas Sobre o seu Estudo", em *Migrações Internas e Desenvolvimento Regional*, UFMG/CEDEPLAR, vol. I, (Belo Horizonte: 1973).

³ Isto não significa dizer que todas as cidades de população semelhante tenham padrões de comportamento equivalentes; contudo é bastante razoável supor que, por exemplo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre sejam aglomerados funcional, cultural e economicamente semelhantes; da mesma forma, Teófilo Otoni (MG), Garanhuns (PE) e Passo Fundo (RS), cidades com entre 50 e 70 mil habitantes na sede municipal, em 1970, devem desempenhar papéis semelhantes; ou seja, argumentamos que o procedimento de agrupar cidades por tamanho, embora envolva certas hipóteses heróicas, acaba por revelar-se um critério adequado.

São mostrados alguns indicadores — renda, escolaridade — das diferenças regionais e urbano-rurais, que, confrontados com os fluxos migratórios, informam sobre a racionalidade destes fluxos.

O Estado de São Paulo é objeto de uma análise em separado, uma espécie de estudo de caso. Ocorre que este Estado, que se destaca dos demais quando se trata de qualquer medida de desenvolvimento relativo, apresenta também significativas peculiaridades no que respecta às migrações; por exemplo, entre 1960 e 1970, sua população rural decresceu a uma taxa de 3%, enquanto a maioria dos Estados mostraram ligeiros acréscimos.

Finalmente, na seção 5 expomos uma visão mais geral, à guisa de conclusão.

2 — Diferenças urbano-rurais e fluxos migratórios

A decisão de migrar, normalmente tomada ao nível individual (ou familiar)⁴ traz implícita a expectativa de melhoria. Vem de longa data o consenso de que os motivos econômicos predominam sobre os demais.⁵ Mostramos abaixo alguns aspectos quantitativos das di-

⁴ As exceções ficam por conta dos militares ou servidores civis transferidos, cuja margem de opção reduz-se consideravelmente. As empresas privadas raramente efetuam transferências, a não ser nos escalões superiores e, neste caso, deixar o cargo não seria problema para o empregado, o que implica razoável grau de liberdade na decisão.

⁵ Argumenta-se que os fluxos migratórios do tipo “mudança de clima”, para citar um exemplo, sejam uma insignificante minoria. A primeira teorização célebre sobre as migrações, devida a Ravenstein, concluía que “embora muitos motivos possam influir na decisão de migrar — leis opressivas, clima desagradável, etc. — as correntes geradas pela procura de melhores condições materiais de vida superam em muito as correntes cujos motivos não são econômicos”; E. G. Ravenstein, “The Laws of Migration”, *Journal of the Royal Statistical Society*, 52, (June, 1889). As modificações esperadas nas condições materiais são o único elemento a entrar em quase todos os esquemas de análise da atualidade. Confira-se, por exemplo: Alden Speare Jr., “A Cost-Benefit Model of Rural to Urban Migration in Taiwan”, *Population Studies*, 25, (March, 1971), pp. 117-130; M. P. Todaro, “A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries”, *The American Economic Review*, 59, (March, 1969), pp. 138-148.

ferenças urbano-rurais, com o fim de avaliar até que ponto a urbanização da população pode ser vista como vantajosa para os que imigram. Foram selecionados dois indicadores para esta avaliação: renda e escolaridade. As informações do Quadro I referem-se a renda rural e urbana, ao nível regional.⁶

Este quadro mostra claramente a superioridade do meio urbano em relação ao rural, no que toca aos níveis de rendimento. As duas primeiras colunas do quadro indicam que, em 1968, a renda urbana *per capita* era no mínimo 1,4 vezes a renda rural *per capita*.⁷ Por outro lado, se tomarmos o crescimento da renda global como medida das oportunidades de emprego criadas adicionalmente, voltamos a observar significativa vantagem do meio urbano, em quase todas regiões,⁸ no período 1950-68 (3.^a e 5.^a colunas).

A observação do crescimento da renda *per capita*, *vis-à-vis* ao da renda global, serve para medir o impacto das migrações rurais-urbanas; sem uma única exceção, a renda urbana — *per capita* — cresceu menos (ou decresceu mais) que a rural, entre 1950 e 1968. Ocorreu que apenas o Paraná (VIII) e o Centro-Oeste (X) tiveram acréscimos significativos da população rural e, ainda nestes dois casos, o crescimento da população urbana foi bastante superior. Em outras palavras, vem-se verificando uma diminuição da diferença entre as rendas médias da cidade e do campo, não por um progresso mais rápido da agricultura — já que é o contrário que se observa — mas, sim, pela contínua e elevada transferência de pessoas das atividades agrícolas para as urbanas.⁹

⁶ As regiões deste e dos demais quadros são as que aparecem nas *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1970*, FIBGE/IBGE.

⁷ Este mínimo (1,4) é observado na região Centro-Oeste (X); o máximo (4,5) foi encontrado na região Norte (I).

⁸ A única região em que a renda global urbana cresceu menos do que a rural, entre 1950 e 1968, foi a do Maranhão-Piauí (II).

⁹ Em trabalho anterior discutimos com um pouco mais de detalhes o papel das migrações internas sobre a convergência dos níveis de renda. Veja-se *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*, IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa n.º 19, (Rio de Janeiro: 1973), Apêndice A.3.

QUADRO 1
Renda Real, Urbana e Rural^a

Regiões	Renda <i>Per Capita</i> em 1968 (Cr\$ 1960)		Taxas Anuais de Crescimento, ^b 1950-68			
	Rural	Urbana	Renda Rural		Renda Urbana	
			Global	<i>Per Capita</i>	Global	<i>Per Capita</i>
I — AM, PA.....	7,9	35,7	3,9	1,5	6,3	0,9
II — MA, PI.....	7,3	23,4	6,2	3,7	5,9	0,2
III — CE, RN, PB, PE, AL	12,1	26,2	3,1	2,3	4,4	-0,3
IV — SE, BA.....	11,9	29,7	4,3	3,3	5,7	1,0
V — MG, ES.....	16,0	42,2	1,3	1,0	6,2	0,9
VI — RJ, GB.....	28,2	68,7	1,3	1,8	3,8	-0,5
VII — SP.....	40,4	78,6	0,4	1,6	5,7	0,1
VIII — PR.....	21,4	50,8	4,9	-0,5	6,8	-1,2
IX — SC, RS.....	25,8	55,1	3,6	2,6	4,9	-0,3
X — MT, GO, DF.....	19,5	27,7	6,8	3,0	9,5	0,2
BRASIL.....	14,1	56,0	2,3	1,0	5,2	0,0

FONTES: 1) FGV/IBRE/CCN, "Contas Nacionais do Brasil — Atualização", *Conjuntura Econômica*, Setembro 1971;

2) Censos Demográficos, 1950 e 1970, IBGE.

^a Preços de 1960;

^b As taxas de crescimento são ligeiramente subestimadas, se levamos em conta os resultados que seriam obtidos com o "Deflator Implícito do PIB"; utilizamos como deflator o "Índice Geral de Preços" (coluna 2) que, no período 1950-68, cresceu cerca de 15% a mais que o "Deflator Implícito".

Pelo menos duas ressalvas seriam necessárias para uma avaliação mais definitiva das vantagens — para o migrante — dos movimentos rurais-urbanos; em primeiro lugar, teríamos que levar em conta a probabilidade de conseguir emprego na cidade,¹⁰ pois é mais importante para uma unidade familiar ter alguma renda do que viver num meio em que os salários são altos, mas não lhe é possível conseguir emprego num prazo considerado razoável.¹¹ Em segundo lugar, interessaria conhecer o grau de concentração da renda, pois não é de

¹⁰ Esta probabilidade varia inversamente com a taxa de desemprego; em seu artigo, Todaro procura racionalizar a decisão de migrar, considerando o *pool* de desemprego como variável básica, depois dos diferenciais de salário. Para detalhes ver Todaro, *op. cit.*

¹¹ Esse "prazo razoável" variaria com a capacidade de a família manter-se sem obter renda e/ou com a pressa em obter melhorias, ou seja, com a maior ou menor adaptabilidade de seus membros às privações materiais.

descartar a hipótese de que uma elevada média de renda sofra forte influência de um reduzido estrato superior, sobrando pouca vantagem para o salário modal urbano em comparação ao rural.

Apesar de reconhecermos o papel destes dois elementos na determinação dos ganhos de renda a serem esperados por quem migra do campo para a cidade, acreditamos poder ignorá-los em nossos cálculos, levando em conta que: 1) as estatísticas de subemprego e desemprego são bastante precárias;¹² 2) as de distribuição da renda foram bastante detalhadas no Censo Demográfico de 1970, mas seu peso relativo deve ser bem menor.¹³

Por outro lado, admitindo-se que um subemprego inicial faça parte dos sacrifícios aceitos pelo migrante, com vistas a melhorias futuras, restaria confrontar os índices rural e urbano de desemprego aberto. E não parece caber dúvidas de que estes índices sejam bastante baixos no Brasil;¹⁴ acreditamos que a pequena incidência do desemprego aberto se deva mais a fatores negativos¹⁵ do que a um

¹² O desemprego aberto atinge uma parcela bastante pequena da PEA, pois, dada a inexistência de seguro-desemprego, a pessoa "desempregada" procura por todos os meios descobrir expedientes que permitam sua sobrevivência; os exemplos de "biscates" são variadíssimos nas cidades brasileiras. O subemprego, para ser medido, exige a aceitação de hipóteses amplamente duvidosas. Tentamos em nosso trabalho anterior extrair estas medidas, aceitando o risco dos erros cometidos. O leitor interessado pode consultar *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*, *op. cit.*, Apêndice A.3.

¹³ Esta afirmativa baseia-se na observação de que, embora a renda seja algo mais concentrada no meio urbano, a diferença entre os índices de concentração são insignificantes, frente à grande diferença nos níveis médios de renda. Ver, a respeito dos índices de concentração, R. Hoffmann e J. C. Duarte, "A Distribuição de Renda no Brasil", *Revista de Administração de Empresas*, vol. 2, n.º 2, (Junho, 1972), pp. 46-67.

¹⁴ No meio urbano, o maior índice de desemprego em 1970, em cada uma das dez regiões do Quadro I, foi de 2,76% da PEA, no Nordeste (III); no meio rural, a relação desempregados/PEA esteve sempre abaixo de 1%, com exceção de Rio de Janeiro - Guanabara (VI), que chegou a 1,22%. Fonte: IBGE/IBI, *Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970*.

¹⁵ Estes fatores negativos seriam a impossibilidade de uma família manter-se sem renda, à espera de emprego considerado satisfatório, adicionando-se ainda a falta do seguro-desemprego; desta forma, o subemprego — os expedientes mencionados anteriormente — passa a ser o meio de sobrevivência de grande número de pessoas, que em uma economia desenvolvida, prefeririam o desemprego protegido pelo seguro.

desempenho ótimo da economia na criação de empregos. No entanto, sendo baixos os índices de desemprego e dada a difícil operacionalidade — isto é, dados os problemas de quantificação — do conceito de subemprego, acreditamos poder tomar as diferenças urbano-rurais de renda média como medida, ainda que grosseira, das vantagens salariais das cidades em relação ao campo.¹⁶

Outro aspecto que deve exercer bastante influência sobre a decisão de migrar para as cidades refere-se às oportunidades de educação; especialmente no caso de famílias com filhos em idade escolar, este deve ser um elemento fundamental. Além de a qualidade do ensino no campo ser provavelmente inferior à da cidade, as escolas rurais não vão além do curso primário. No Quadro 2 apresentamos a situação em dois pontos do tempo, apesar de os dados não estarem explicitamente ligados às oportunidades educacionais.

Mostra o Quadro 2 resultados totalmente dentro do que seria de esperar, sendo os índices urbanos da alfabetização bastante superiores aos rurais.

Consideramos que estes índices decorram de circunstâncias variadas, mas que incluem necessariamente as oportunidades de estudar.¹⁷ Outros componentes são a menor motivação de pais e alunos no meio rural, o fato de na agricultura ser mais comum que crianças em idade escolar trabalhem — remuneradas ou não — em tempo integral, a desestimulante qualidade do ensino rural (professoras leigas, na maioria, escassez de material didático), etc. Em resumo, parece-nos que prevalece o consenso entre os habitantes rurais de que, se à educação formal for atribuído papel além do de assinar o próprio nome e executar somas e subtrações, os filhos devem ser mandados para a cidade, para estudar.

¹⁶ A simplificação que estamos supondo é ainda maior do que o que já foi enumerado, pois deixamos de considerar as rendas não-monetárias — provavelmente maiores no meio rural — e as eventuais diferenças de custo de vida.

¹⁷ Além de determinadas áreas rurais serem totalmente desprovidas de escola, o mais comum é que o raio de atendimento de cada escola seja muito amplo, obrigando alguns alunos a viagens de até, digamos, 10 km. Isto é um desestímulo adicional à alfabetização.

QUADRO 2

Percentagens de Analfabetos¹ em 1950 e 1970, Segundo a Situação do Domicílio

Regiões	1950 ²		1970 ³	
	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural
I — AM, PA.....	25,7	72,4	21,2	55,8
II — MA, PI.....	35,9	85,1	33,8	76,2
III — CE, RN, PB, PE, AL.....	44,6	83,4	39,9	76,1
IV — SE, BA.....	38,2	82,9	34,1	74,8
V — MG, ES.....	30,6	72,9	22,2	51,5
VI — RJ, GB.....	21,1	67,1	14,4	43,1
VII — SP.....	20,3	60,8	18,1	38,0
VIII — PR.....	23,9	63,2	20,3	45,8
IX — SC, RS.....	21,8	49,7	15,0	24,5
X — MT, GO, DF..	34,0	75,9	22,6	52,8
BRASIL.....	26,8	72,3	22,3	56,0

FONTES: 1) *Censo Demográfico de 1950*, IBGE.

2) *Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970*, FIBGE/IBI.

Obs.: 1) Em 1950: os que "não sabem ler e escrever"; em 1970: os "sem instrução e sem declaração de instrução";

2) Pessoas de 5 anos e mais;

3) Pessoas de 10 anos e mais.

A comparação dos resultados de 1950 e 1970 dá uma idéia dos efeitos das migrações rurais-urbanas sobre os índices urbanos de alfabetização. Em outras palavras, houve generalizada tendência para que a percentagem de analfabetos diminuísse mais no campo do que nas cidades; ¹⁸ é bastante plausível atribuir a diferença de evolução aos grandes fluxos de habitantes rurais que se mudaram para cidades no período, uma vez que a oferta de escolas aumentou continuamente no meio urbano, o mesmo acontecendo com a motivação para estudar.

Mas o aspecto que nos interessa mais de perto são as oportunidades educacionais e, tanto em 1950 como em 1970, as diferenças favorecem amplamente o meio urbano. Sem pretender quantificar o poder de explicação das duas variáveis apresentadas, parece-nos lícito concluir que a perspectiva de aumentar os rendimentos e de possibilitar maior acesso à educação formal sejam elementos decisivos para uma família mudar-se do campo para a cidade.

¹⁸ Das dez regiões do Quadro 2, isto ocorre em sete. No conjunto do País, enquanto a percentagem de analfabetos urbanos em 1970 correspondeu a 83% da de 1950, no meio rural o resultado foi de 77%.

3 — Crescimento das cidades, por faixas de tamanho

Seria interessante detalhar um pouco mais o papel das cidades como receptoras de migrantes. A opinião corrente é a de que umas poucas grandes cidades vêm concentrando parcelas crescentes da população, cabendo um papel irrelevante aos centros médios e pequenos. Embora isto possa ser parcialmente verdadeiro em termos absolutos — isto é, digamos, que de 5 milhões de migrantes que chegam às cidades num decênio, 3 milhões se dirijam às dez maiores cidades — conseguimos apontar alguma evidência num trabalho anterior¹⁹ de que o crescimento das cidades pequenas e médias é também bastante vigoroso, ou seja, que a participação delas é significativa na absorção de migrantes, colocando em dúvida a tese da concentração progressiva.

Resumimos nos Quadros 3 e 4 alguns resultados relativos à distribuição da população nos três últimos Censos. Comparações adicionais são mostradas no Quadro 5.

QUADRO 3

*População Urbana Segundo Classes de Tamanho dos Municípios em 1960*¹

Classes de Tamanho (em 1 000 hab.)	N.º de Centros ² (1960)	% do Total da População Urbana				
		1950	1960	1970		
Menos de 20.....	2 509	28,2	31,5	32,6		
20 — 50.....	107	9,9	11,6	9,3		
50 — 100.....	40	7,6	8,3	8,6		
100 — 250.....	15	7,0	6,4	6,4		
250 — 500.....	4	4,8	4,8	4,6		
500 — 2.000.....	4	11,5	10,7	10,7		
2.000 e mais.....	2	31,0	22,7	27,8		
Total		100,0	100,0	100,0		
(Pop. Urbana)	Percent.	Absolutos	2 681	16 277 528	32 004 817	52 904 741

FONTES: *Censos Demográficos* de 1950, 1960 e 1970, IBGE.

¹ Neste Quadro os Municípios estão grupados de acordo com as respectivas populações urbanas em 1960, mantendo-se este grupamento para 1950 e 1970;

² O número de centros é inferior ao de Municípios, uma vez que os Municípios das Áreas Metropolitanas, recentemente definidas, foram a elas incorporados. Para detalhes ver o Apêndice A.

¹⁹ Ver *Migrações Internas no Brasil ...*, *op. cit.*, Cap. 2.

QUADRO 4

População Urbana Segundo Classes de Tamanho dos Municípios¹

Classes de Tamanho (1 000 hab.)	1950			1960			1970			Taxa Crescimento 70/50
	População (1 000 hab.)	N.º de Centros ²	População (1 000 hab.)	N.º de Centros ²	População (1 000 hab.)	N.º de Centros ²	População (1 000 hab.)	N.º de Centros ²		
Menos de 20.....	5 747 (35,3) ³	1 745	10 101 (31,5)	2 509	13 849 (26,2)	3 574	13 849 (26,2)	3 574	9,2	7,4
20	1 623 (10,0)	55	3 697 (11,6)	107	5 632 (10,6)	177	5 632 (10,6)	177	13,3	12,4
50 — 100.....	1 215 (7,5)	16	2 650 (8,3)	40	3 430 (6,5)	49	3 430 (6,5)	49	10,9	11,9
100 — 250.....	787 (4,8)	4	2 044 (6,4)	15	4 832 (9,1)	34	4 832 (9,1)	34	19,9	24,0
250 — 500.....	1 237 (7,6)	3	1 522 (4,8)	4	1 865 (3,5)	6	1 865 (3,5)	6	4,2	7,2
500 ... 2 000.....	630 (3,9)	1	3 440 (10,7)	4	8 363 (15,8)	8	8 363 (15,8)	8	30,0	23,0
2 000 e mais.....	5 038 (30,6)	2	8 561 (26,7)	2	14 935 (28,2)	2	14 935 (28,2)	2	11,5	—
Total.....	16 278 (100,0)	1 826	32 035 (100,0)	2 681	52 905 (100,0)	3 850	52 905 (100,0)	3 850	12,5	7,8

FONTE: Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970, IBGE.

¹Diferentemente do Quadro 3, os Municípios deste Quadro são agrupados segundo a população urbana registrada em cada Censo;

²Idem a nota 2 do Quadro 3;

³Os números entre parênteses representam a participação de cada grupo de tamanho no total da população urbana.

Passemos ao Quadro 4, cujas informações são basicamente equivalentes às do Quadro 3.

Os Quadros 3 e 4 apresentam a seguinte diferença: no primeiro, tomamos os 172 Municípios cuja população urbana²⁰ era igual ou superior a 20 mil habitantes em 1960 e grupamo-los por classes de tamanho; este grupamento foi mantido em 1950 e 1970.²¹ No Quadro 4, o grupamento leva em conta a população urbana dos Municípios em cada Censo. Desta forma, o Quadro 3 mostra a evolução de determinados Municípios em cada classe de tamanho, ao passo que no Quadro 4 alguns Municípios podem mudar de classe a cada Censo, tornando a comparação um pouco mais confusa.

Uma ligeira observação dos dados que deram origem ao Quadro 3 indica que o conjunto dos Municípios pequenos e médios²² — 20 a 250 mil habitantes em 1960 — cresceu mais rapidamente do que os grandes, no período 1950-70. As duas taxas anuais médias são, respectivamente, de 6 e 5,6. No segundo grupo referido estão as 8 Áreas Metropolitanas já institucionalizadas, o Grande Rio e Santos; ao considerarmos as Áreas Metropolitanas, e não os Municípios isolados, procuraremos captar de forma mais ampla a influência de algumas grandes cidades sobre seus satélites, evitando subestimar o seu crescimento.²³

²⁰ Descrevemos no Apêndice A as modificações na definição dos censos e listamos os Municípios que, em adição aos citados 172, são levados em conta, por formarem as Áreas Metropolitanas, recentemente institucionalizadas.

²¹ A primeira classe de tamanho (“menos de 20”) fica sem sentido — em 1950 e 1970 — neste critério, uma vez que a população nela incluída é residual, ou seja, é a diferença entre o total da população urbana e o subtotal dos Municípios com 20 mil habitantes ou mais.

²² Com exceção de Brasília, cujo crescimento na década de 60 tem um caráter de excepcionalidade, o Município mais populoso neste grupo de pequenos e médios é o de Goiânia, com população urbana em torno de 360 mil, em 1970.

²³ O caso Guanabara-Grande Rio é o que apresenta maior divergência entre os dois conceitos, pois, dadas as dificuldades de conseguir habitação na metrópole (GB), grande parte dos migrantes localiza-se na periferia: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, etc.

Mas, poder-se-ia argumentar que, apesar da menor taxa de crescimento das grandes cidades,²⁴ em termos de fluxos de imigração, a situação fosse inteiramente oposta. Diríamos que a situação é um pouco diferente, embora não torne insignificante o papel dos centros pequenos e médios: entre 1950 e 1970 a população das 10 maiores cidades passou de 7,7 a 22,8 milhões de habitantes; a das demais²⁵ cresceu de 4,0 a 12,8 milhões. Ou seja, o primeiro aumento foi de cerca de 15 milhões de pessoas e, o segundo, de pouco menos de 9 milhões, o que implica negar provisoriamente a concentração do acréscimo populacional em algumas poucas cidades.

Ainda com relação ao Quadro 3, concluímos que a maior taxa de crescimento do período 1950-70 foi a dos Municípios com 50 a 100 mil habitantes em 1960; esta taxa atingiu a 6,8% ao ano, enquanto que a do total da população urbana foi de 6,1.²⁶

O Quadro 4, em que as classes de tamanho são recompostas a cada Censo, apresenta resultados pouco divergentes dos do Quadro 3. A principal diferença é a verificada nas classes de 250 a 500 e de 500 a 2.000 mil habitantes; enquanto o Quadro 3 mostra uma relativa estabilidade da participação de ambas, o Quadro 4 indica tendência declinante para a primeira e fortemente ascendente para a segunda. A explicação é fácil: o número de Municípios (Quadro 4) na classe de 500 a 2.000 mil habitantes passou de 1, em 1950, para 8, em 1970, ao passo que na classe de 250 a 500 mil temos, respectivamente, 3 e 6 Municípios. Ademais, dos 8 Municípios que em 1970 compunham a classe de 500 a 2.000 mil, 7 são capitais estaduais, consideradas Áreas Metropolitanas; ou seja, tratam-se de centros regionais que vêm apresentando excepcional dinamismo, onde o alargamento dos limites funcionais e geográficos atinge aos Municípios adjacentes, fenômeno conhecido como conurbação.

²⁴ Sob esta denominação, estamos incluindo os 10 maiores centros do Quadro 3, acima de 250 mil habitantes em 1960.

²⁵ Municípios com 20 a 250 mil habitantes no meio urbano, em 1960.

²⁶ As taxas calculadas para 1950-70 são superestimativas, em virtude de definições diferentes; ver a respeito as observações do Apêndice A.

Examinamos ainda a evolução isolada dos Municípios com população igual ou superior a 20 mil habitantes.²⁷ Novamente, a diferença mais acentuada entre os Quadros 3 e 4 — modificada pela exclusão dos Municípios com menos de 20 mil habitantes — foi a das classes de 250 a 500 e de 500 a 2.000 mil habitantes; a diferença teve a mesma magnitude e sentido que a registrada nos dois Quadros, já comentados no parágrafo anterior.

Constatamos também que a exclusão dos Municípios com menos de 20 mil habitantes diminuiu sucessivamente a importância das duas principais metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro.²⁸ Se confrontarmos, de um lado, os Municípios com 250 mil habitantes ou mais e, do outro, os com entre 20 e 250 mil, voltamos a observar certo declínio na participação das grandes cidades.²⁹ Em resumo, não nos parece acertado concluir que venha ocorrendo uma crescente concentração da população urbana. Das diversas comparações realizadas só podemos concluir em definitivo que existe um contínuo processo de urbanização, mas, dele participam os centros pequenos e médios ao lado dos grandes, sendo de ressaltar que considerável parcela dos fluxos migratórios é retida pelos primeiros.³⁰

Mais importante do que analisar a distribuição da população em rural e urbana, ou agrupar a população urbana segundo o tamanho das cidades isoladamente, como fizemos até agora, seria comparar a distribuição espacial das atividades produtivas com a da

²⁷ Pode-se observar que nos Quadros 3 e 4 a classe de “menos de 20” tem tendências opostas. Dado o caráter residual desta classe, julgamos conveniente avaliar os efeitos de sua exclusão.

²⁸ A população dos dois centros metropolitanos passou de 43% da “população urbana” em 1950 para 41%, em 1970, segundo o critério do Quadro 3; segundo o Quadro 4, temos respectivamente, 48 e 38%.

²⁹ Os resultados são idênticos quer consideremos o critério do Quadro 3, quer o do Quadro 4: os Municípios com 250 mil habitantes ou mais passaram de 66% da população urbana — apenas Municípios com 20 mil habitantes ou mais — em 1950 para 64%, em 1970.

³⁰ Recordemos que de um acréscimo populacional de 23,9 milhões entre 1950 e 1970 — verificado nos Municípios com 20 mil habitantes ou mais — 8,8 milhões referem-se a Municípios pequenos e médios, com população entre 20 e 250 mil habitantes.

população. Procuramos abaixo proceder a este tipo de análise, cujo sentido entendemos ser o seguinte: a mão-de-obra desqualificada e semiquificada que é um fator abundante em nosso País, raramente chega a influenciar na localização dos projetos de investimento — industriais ou agrícolas. Desta forma, as pessoas que buscam emprego são levadas a mudarem de residência sempre que não conseguem ocupação ou que só obtêm as consideradas insatisfatórias. Isto implica dizer que o nível e a expansão das atividades a cada período devem ser levados em conta na análise das recomposições espaciais da população.

Em outras palavras, acreditamos que, apenas na hipótese de que a população esteja mais concentrada do que o processo produtivo, seria adequado pensar em conter os fluxos migratórios.

As informações apresentadas abaixo, embora precárias, servem como base de início de discussão deste tópico. No Quadro 5, aparecem as participações da PEA e da renda agrícola, por regiões.

Uma forma de interpretar os dados do Quadro 5 assemelha-se ao Quadro 1, isto é, o fato de a relação PEA agrícola/total da PEA ser superior à relação renda agrícola/renda interna refletiria ape-

QUADRO 5

Participação da PEA e da Renda Agrícola no Total, por Regiões
(Em Percentagens)

Regiões	Renda Agrícola/ Renda Interna		PEA Agrícola/ Total da PEA	
	1950	1968	1950	1970
I — AM, PA.....	31,4	22,1	44,0	57,5
II — MA, PI.....	46,3	47,8	76,5	76,3
III — CE, PE, RN, PB, AL..	39,8	36,5	70,9	57,2
IV — SE, BA.....	41,5	37,0	69,5	60,9
V — MG, ES.....	48,6	28,2	67,9	50,3
VI — RJ, GB.....	7,0	5,5	18,6	8,7
VII — SP.....	25,6	12,3	42,0	20,9
VIII — PR.....	49,2	43,6	67,5	62,5
IX — SC, RS.....	36,2	33,0	60,4	48,0
X — MT, GO, DF.....	59,3	45,7	75,8	53,7
BRASIL.....	26,1	17,7	57,5	44,2

FONTE: 1) Dados de Renda: FGV/IBRE/CCN, "Contas Nacionais — Atualização", *Conjuntura Econômica*, vol. 25, n.º 9, set. 1971;

2) PEA: *Censos Demográficos*, 1950 e 1970, IBGE.

nas a menor produtividade da mão-de-obra nas atividades agrícolas. Por outro lado, temos no Quadro 5 uma informação referente ao aspecto que estamos investigando: existe evidentemente maior concentração da produção — renda — no meio urbano do que da população. No período coberto pelo Quadro 5, a participação da renda agrícola reduziu-se mais do que a da população ativa agrícola,³¹ o que significa ser insustentável a idéia de que não se devesse ampliar a parcela da população no meio urbano.

Para os centros urbanos classificados segundo o tamanho, temos os seguintes dados, relativos à indústria de transformação.

QUADRO 6

*Participação dos Municípios * Segundo o Tamanho, na População e no Emprego da Indústria de Transformação*

Classes de Tamanho (1 000 hab.)	% da População Urbana, 1970	% do Emprego Indústrial, 1969
0 — 50.....	42,4	27,4
50 — 100.....	6,6	6,5
100 — 250.....	9,5	9,0
250 — 500.....	3,0	2,0
500 — 1.000.....	6,8	3,0
1.000 — 2.000.....	8,7	5,9
2.000 e mais.....	24,9	46,2
	%	
	100,0	100,0
Total	Absoluto	
	52 108 796	2 047 137

FONTE: Sérgio Boisier, M. O Smolka e A.A. de Barros, *Desenvolvimento Regional e Urbano — Diferenciais de Produtividade e Salários Industriais*, IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa n.º 15, Rio de Janeiro: 1973, Quadro IV. 3.

* Ver o Apêndice Metodológico da obra citada para detalhes sobre a composição do Quadro.

Podemos concluir do Quadro 6 que apenas as duas metrópoles nacionais — São Paulo e Guanabara — concentram uma proporção do emprego industrial superior à da população. Além disto, dos

³¹ Deve-se ainda notar que, para a renda, o ano final é 1968 e, para a população ativa, 1970. Uma vez que a agricultura persistiu crescendo menos nos dois anos seguintes, em 1970 sua participação foi ainda menor.

empregos dos dois centros, mais de 2/3 localizam-se em São Paulo, o que corresponde a 35% do total nacional.³² É interessante o caso dos centros com 500 a 1.000 mil habitantes,³³ em que a parcela dos empregos industriais é muito inferior à da população. Em relação a este grupo de cidades ocorreu, realmente, um processo de urbanização da população, com pouca correspondência ao nível das atividades industriais.³⁴

Se excluirmos São Paulo e Rio de Janeiro do Quadro 6, observamos que as duas classes que absorvem parcelas relativamente — à população — maiores da mão-de-obra industrial são a de 50 a 100 e a de 100 a 250 mil habitantes. Isto leva-nos a concluir que, exceto São Paulo, a atração das capitais estaduais baseia-se menos no processo de industrialização do que na expansão das atividades terciárias; ou melhor, há seguras indicações de que a industrialização não seja um processo necessário à transferência da população do campo à cidade. Quando a industrialização ocorre — São Paulo — intensificam-se os fluxos migratórios, mas, mesmo quando ela não se efetiva ou é pouco significativa — Goiânia, Curitiba — pode algumas vezes ser observado contínuo e vigoroso crescimento demográfico, que leva a supor o aumento da importância do terciário na geração de empregos.³⁵

Se dispuséssemos de detalhadas estatísticas setoriais de investimento, poderíamos avaliar até que ponto continua a ser dada maior prioridade ao meio urbano. No entanto, qualquer observador atento à evolução da economia brasileira está apto a assegurar que a tendência é de o processo produtivo concentrar-se crescentemente

³² Ver Sérgio Boisier, *et. al.*, *op. cit.*, Quadro IV.7.

³³ Incluem-se nesta classe Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Brasília.

³⁴ O “grau de industrialização” destas cinco cidades foi de 1,7, ao passo que a média urbana situou-se em 3,9, em 1969. Ver Sérgio Boisier, *et al.*, *op. cit.*, p. 92.

³⁵ Cf. a este respeito Wanderley J. M. de Almeida “Variação do Emprego no Quadro Urbano: o Setor Serviços” neste número especial de *Pesquisa e Planejamento Económico*.

nas atividades não-agrícolas. A título ilustrativo, podemos alinhar algumas informações, extraídas do Programa de Metas e Bases e do I PND.³⁶

Os investimentos governamentais previstos no Metas e Bases para o período 1970-73 montavam a 76 bilhões, a preços de 1970.³⁷ Deste montante, menos de 16% — 12 bilhões — eram investimentos agrícolas. A programação do PND — 1972-74 — foi ainda mais desfavorável à agricultura: do total de investimentos previstos, da ordem de 179 bilhões³⁸ de 1972, menos de 15% referiam-se a programas ligados à agricultura.³⁹

Mesmo que admitamos que o total de investimentos — governamentais, mais privados — realizados no período tenha sido mais favorável à agricultura, não seriam de esperar grandes alterações em relação às metas governamentais, visto que, em anos recentes, os setores dinâmicos concentram-se basicamente no meio urbano.⁴⁰ Se aceitarmos a hipótese que dos investimentos realizados anualmente, 20% refiram-se a atividades agrícolas, estaremos admitindo que o processo produtivo vai continuar a concentrar-se crescentemente no meio urbano.⁴¹

³⁶ *Metas e Bases para a Ação do Governo*, Presidência da República, (setembro, 1970); *PND: Revolução Social e Humana*, MPCG, (outubro 1971).

³⁷ Estão incluídas as seguintes áreas: programas de apoio ao desenvolvimento da agricultura; desenvolvimento científico e tecnológico; energia; transportes; comunicações; desenvolvimento industrial, da mineração, do comércio e do turismo; habitação, trabalho e previdência social.

³⁸ Ver PND, *op. cit.*, Quadro II.

³⁹ A parcela de investimentos sob o título “integração nacional” foi totalmente considerada agrícola.

⁴⁰ Só os investimentos realizados pela indústria de transformação atingiram a 4 bilhões em 1969. Esta cifra é uma subestimativa, pois, abarca apenas os estabelecimentos que já estavam em funcionamento à época do levantamento do DEICOM. Conforme *Produção Industrial*, IBGE/DEICOM, (1969).

⁴¹ No caso de 80% do total dos investimentos anuais serem destinados a projetos urbanos, o produto marginal — na hipótese de plena utilização da capacidade instalada — da agricultura seria menor que o urbano desde que a relação produto/capital (marginal) deste setor fosse inferior a 4 vezes a relação média das atividades urbanas.

Em resumo, podemos concluir que: 1) a parcela da renda gerada pelas atividades não-agrícolas é significativamente superior à parcela da população ativa que se dedica a estas atividades, ou seja, a renda é mais concentrada no meio urbano do que a população (Quadro 5); 2) a indústria de transformação concentra-se nitidamente em São Paulo, mas, quanto aos demais centros urbanos, não há associação segura entre tamanho urbano e grau de industrialização (Quadro 6); 3) o aumento da capacidade produtiva — investimento — realiza-se com forte concentração nas atividades urbanas, levando a concluir que o Governo ainda não se propôs a reverter a tendência historicamente observada.⁴²

Se atribuirmos validade indicativa às evidências empíricas apresentadas, seremos levados a admitir dois pontos: primeiro, que a urbanização da população tem ocorrido em razoável acordo com a urbanização do processo produtivo; segundo, que a menos que seja decidido descentralizar o investimento no futuro — tanto em favor das atividades agrícolas, como em relação ao meio urbano, em favor dos centros pequenos e médios — a população continuará a se concentrar. Quanto ao segundo ponto, acreditamos, em outras palavras, que a variável a controlar não seja a mobilidade geográfica da população — fluxos migratórios — mas, a distribuição espacial dos investimentos. Levando-se em consideração a tendência à aglutinação especialmente forte no setor secundário, motivada pelas economias de aglomeração, o momento de promover a descentralização seria determinado pelo *trade-off* entre estas economias de aglomeração — no sentido da avaliação privada de rentabilidade — e as deseconomias sociais da tendência concentradora.⁴³

⁴² É interessante consultar a este respeito Hamilton C. Tolosa "Macroeconomia da Urbanização Brasileira", neste número especial de *Pesquisa e Planejamento Economico*, que mostra a forte concentração do Valor da Transformação e Ocupação industriais nas duas maiores áreas metropolitanas brasileiras.

⁴³ Falamos em deseconomias sociais acreditando que as firmas não sejam diretamente afetadas pelos problemas da superurbanização, mas, que estas deseconomias se diluam, atingindo todos os membros da comunidade. São exemplos de deseconomias da concentração: aumento do tempo de transporte, aumento da tensão a que os habitantes estão sujeitos, poluição do meio-ambiente, aumento *per capita* dos custos de infra-estrutura, etc.

4 — Fluxos migratórios segundo a situação do domicílio, 1970

O Censo Demográfico de 1970 permite que os fluxos migratórios sejam decompostos em quatro categorias: rurais-rurais, rurais-urbanos, urbanos-rurais e urbanos-urbanos. São confrontadas a situação do domicílio à data do Censo e a da residência imediatamente anterior. Logo, trata-se apenas da última mudança — de Município — realizada pelo migrante.

Como veremos abaixo, os fluxos rurais-urbanos são menos importantes do que os urbanos-urbanos. Acontece que ao levar em conta a última mudança, parte dos fluxos que originariamente eram rurais-urbanos passa a urbanos-urbanos, pois, normalmente o migrante que sai do campo realiza etapas migratórias intermediárias, vivendo temporariamente em cidades próximas à sua primeira origem, dirigindo-se em fase posterior à cidade escolhida.

No Quadro 7, apresentamos informações selecionadas sobre as categorias possíveis dos fluxos migratórios. Neste quadro foram excluídos os fluxos rurais-rurais, uma vez que não interferem nas variações da população urbana.⁴⁴

Na coluna (A) são quantificadas as trocas de internas a cada região. Não foi possível estabelecer as linhas gerais destas trocas, já que não consta do Censo o Município anterior de residência. No entanto, podemos concluir que elas dependem bastante da dimensão da rede urbana — número de centros em cada faixa de tamanho — e não apenas da existência de uma metrópole regional.⁴⁵ A região de São Paulo (VII), que além de abrigar a principal metrópole nacional possui a rede de cidades mais desenvolvida do País, destaca-se das demais, pelo volume das migrações urbanas-urbanas.

⁴⁴ Não é desprezível, no entanto, a importância das migrações rurais-rurais. De um total de 29,5 milhões de migrantes recenseados em 1970 no País, cerca de 7,7 milhões (26%) tinham realizado deslocamentos rurais-rurais.

⁴⁵ Esta idéia pode ser comprovada ao compararmos os resultados do Nordeste (III) ou de Minas-Esp. Santo (V) com os de Guanabara-R. Janeiro (VI). Apesar de nesta última região localizar-se a segunda metrópole nacional, os fluxos urbanos-urbanos internos nas duas outras regiões são superiores.

QUADRO 7
Saldos Migratórios Urbanos Acumulados até 1970
 (Em milhares de habitantes)

Regiões	Urbanas Urbanas (Intra-Regionais) (A)	Urbanas -Urbanas (Saldos Inter-Regionais) (B)	Rurais-Urbanas menos Urbanas-Rurais (C)	Saldos Urbanos (D) = (B) + (C)
I — AM, PA.....	165 (10,1)*	— 5	65	60 (3,7)
II — MA, PI.....	133 (10,3)	— 98	32	— 66 (5,1)
III — CE, RN, PB, AL, PE..	1 372 (19,7)	—803	392	—411 (5,9)
IV — SE, BA.....	623 (17,8)	—414	63	—351 (10,0)
V — MG, ES.....	1 436 (21,1)	—1 032	403	— 629 (9,3)
VI — RJ, GB.....	1 212 (15,3)	899	673	1 572 (19,9)
VII — SP.....	3 280 (23,0)	1 155	1 257	2 412 (16,9)
VIII — PR.....	593 (23,7)	83	339	422 (16,9)
IX — SC, RS	1 092 (22,7)	—192	336	144 (3,0)
X — MT, GO, DF	426 (17,5)	407	195	602 (24,7)
TOTAIS.....	10 333 (19,8)	+2 544 —2 544	3 755	+5 212 —1 457

Fonte: *Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970*, FIBGE/IBI.

(*) Os números entre parênteses representam percentagens em relação à população urbana de cada região, em 1970.

No outro extremo, situam-se as regiões Norte (I) e Maranhão-Piauí (II), as duas em que a rede e a economia urbana são de menor importância relativa.

De um modo geral, podemos afirmar que as migrações entre cidades de uma mesma região serão tanto maiores quanto mais diversificada for a rede urbana desta região e que a existência de um centro polarizador — regional e/ou nacional — serve também para intensificar estes fluxos migratórios (urbanos-urbanos, intra-regionais). Quanto à importância da rede urbana, correlacionamos os dados da coluna (A) do Quadro 7 com a dimensão da população urbana de cada região: o resultado foi de $r_s = 0,95$,⁴⁶ significativo a 1%.

⁴⁶ Trata-se do coeficiente de correlação de ordem de Spearman, dado pela fórmula $r_s = 1 - \frac{6 \sum d_i^2}{n^2 - n}$, onde os d_i são desvios de ordenação das duas variáveis e n é o número de observações (regiões, no caso).

Na coluna (B), os sistemas urbanos regionais são vistos sob um prisma nacional, isto é, ao quantificarmos os saldos líquidos das migrações urbanas-urbanas de cada região, avaliamos o balanço atração/repulsão das cidades de uma região em particular face às demais. Deste balanço, apenas as regiões de São Paulo (VII), R. Janeiro-Guanabara (VI) e Centro-Oeste (X), nesta ordem, mostram saldos positivos apreciáveis. Minas-Espírito Santo (V), por exemplo, apesar da importância regional de sua rede de cidades (coluna (A)), não apresenta qualquer poder nacional de atração; o saldo negativo da coluna (B) é quase tão grande quanto o volume de fluxos da coluna (A).

A capacidade de o sistema urbano de uma região atrair migrantes vindos de cidades das demais regiões associa-se essencialmente a diferenciais de renda num dado momento e, no sentido dinâmico, à expansão das oportunidades de emprego, representada pelo crescimento da renda. Se confrontarmos a coluna (B) do Quadro 7 com o Quadro 1, podemos concluir que quanto a São Paulo e Guanabara-Rio de Janeiro prevalece o diferencial num dado momento,⁴⁷ ao passo que a atração do Centro-Oeste baseia-se no ritmo de expansão da renda,⁴⁸ já que o seu nível regional continua relativamente baixo.⁴⁹

Na coluna (C) do Quadro 7 mostramos os saldos de cada região entre os movimentos do campo em direção às cidades (rurais-urbanas) e os fluxos inversos (urbanas-rurais). Como seria de esperar, em nenhuma região as migrações cidade-campo superaram as do campo para as cidades. Apesar do sentido inequívoco dos saldos líquidos das migrações entre o meio urbano e o rural, os movimentos urbanos-rurais atingem volumes relativamente altos em algumas regiões. Assim, nas regiões de Maranhão-Piauí (II) e Sergipe-Bahia (IV) as saídas urbanas-rurais representam mais de 70% das entradas

⁴⁷ Em 1968, a renda urbana *per capita* de São Paulo foi de 78,6 cruzeiros de 1960 e, a da GB-RJ, de 68,7. Nas demais regiões, o maior valor encontrado foi de 55,1, referente a Santa Catarina-Rio Grande do Sul (ver Quadro 1).

⁴⁸ Ainda com base no Quadro 1, observamos que, no período 1950-68, a renda (global) urbana do País cresceu a 5,2% ao ano, enquanto a do Centro-Oeste cresceu a 9,5%.

⁴⁹ A renda urbana *per capita* do Centro-Oeste correspondeu, em 1968, a menos de 50% da média nacional (ver Quadro 1).

rurais-urbanas. Esta relação para o conjunto do País é de cerca de 32%.

A coluna (D) indica os saldos finais da rede urbana de cada região, em 1970. A coluna (A) não influi neste saldo, pois, representa mudanças entre Municípios de uma mesma região. O saldo que calculamos é um resultado híbrido, já que inclui ganhos (perdas) inter-regionais do meio urbano e o balanço das trocas urbano-rurais, tanto inter como intra-regionais. Por outro lado, com os números da coluna (D) podemos medir em última instância, o poder de atração regional do meio urbano.

Não resta dúvida de que neste balanço final as opções a nível nacional localizaram-se em quatro regiões: Guanabara-Rio de Janeiro (VI), São Paulo (VII), Paraná (VIII) e Centro-Oeste (X). As duas primeiras mantêm a hegemonia econômica do País em caráter secular, o que explica o desmedido crescimento das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. O Paraná, especialmente no período 1930-60 e o Centro-Oeste a partir daí, funcionaram como frentes pioneiras de expansão, registrando aumentos excepcionais na geração da renda e na população; a motivação dos imigrantes que era inicialmente centrada na agricultura,⁵⁰ conduziu também a uma urbanização,⁵¹ explicável não apenas pelo esgota-

⁵⁰ A agricultura é citada em sentido amplo, pois, especialmente no Centro-Oeste, a pecuária vem desempenhando destacado papel.

⁵¹ Uma clara idéia do crescimento excepcional das regiões do Paraná e Centro-Oeste nas últimas décadas pode ser obtida dos seguintes dados:

a) Participação na Renda Interna do País:						
				1939	1960	1968
a.1) Agrícola	{PR			5,65	15,99	15,11
	{C.O.			5,16	5,86	8,46
a.2) Total	{PR			3,00	6,54	6,15
	{C.O.			2,18	2,51	3,28
b) Participação na População do País:						
				1940	1970	1970
b.1) Rural	{PR			3,29	7,61	10,70
	{C.O.			3,48	5,01	6,43
b.2) Urbana	{PR			2,35	4,15	4,81
	{C.O.			2,10	3,29	4,71

FONTES: a) *Conjuntura Econômica, op. cit.* Preços correntes;

b) *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970*, IBGE.

mento das oportunidades no meio rural,⁵² — que induz os migrantes a novas mudanças, eventualmente para cidades próximas — mas, também, pelo própria necessidade operacional da agricultura que quando comercializada em larga escala, exige ampla infraestrutura de serviços — armazenagem, beneficiamento — situada em cidades, principalmente.

São Paulo merece uma consideração à parte, pois, além de acumular uma parcela bastante grande dos migrantes,⁵³ destaca-se como a região de maior potencial atrativo no meio urbano, cabendo à Grande São Paulo a liderança industrial e demográfica desta atração.

Do Quadro 7 podemos concluir que a importância de São Paulo é bem maior em relação aos fluxos inter-regionais do que aos intra-regionais, resultado que é uma medida da polarização nacional da região. Assim, a participação de São Paulo no total nacional da coluna (A) — intra-regionais — é da ordem de 32% e, da coluna (B) — inter-regionais — de cerca de 45%.

No Quadro 8 isolamos São Paulo das demais regiões, avaliando o papel dos centros urbanos por faixas de tamanho nas migrações inter e intra-regionais.

A comparação das colunas (A) e (B) do Quadro 8 mostra que o total de migrantes divide-se proporcionalmente à população dos grupos de cidades, com ligeira preferência — dos migrantes — pela Grande São Paulo. Esta “preferência revelada” está em estrito acordo com a idéia de que o nível das atividades produtivas é o móvel determinante do volume e sentido dos fluxos migratórios; por outro lado, quando dividimos os migrantes segundo a região de nascimento, notamos que o papel dos centros médios e pequenos⁵⁴ é muito grande nos movimentos intra-regionais (coluna (C)), sem sê-lo nos inter-regionais (coluna (D)).

⁵² Sobre o esgotamento das oportunidades no meio rural do Paraná ver *Migrações Internas no Brasil ...*, *op. cit.*, Cap. 3.

⁵³ Em 1970, o total de migrantes no País superou a 29 milhões, sendo que cerca de 27% deles residiam em São Paulo. Nesse ano, a população do Estado representava 19% da do País.

⁵⁴ Estamos incluindo nesta categoria — pequenos e médios — os Municípios com até 150 mil habitantes.

QUADRO 8

São Paulo: Participação dos Centros Urbanos por Faixas de Tamanho nas Migrações da Região, 1970

Classes de Tamanho (1 000 hab.)	% Em Relação ao Total da Região				Inter>Total ³ (E) = (D) ÷ (B)
	População (A)	Total de Migrantes (B)	Migrantes Intra-Regionais (C)	Migrantes Inter-Regionais (D)	
Até 50.....	42,2	39,6	48,3	24,2	22,0
50 — 150.....	9,0	8,6	10,2	5,7	24,0
150 — 400.....	8,1	7,6	8,2	6,5	30,8
São Paulo ¹	33,3	33,7	21,1	56,1	60,0
Grande S. Paulo ² .	40,7	44,2	33,3	63,6	51,8
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	100,0	36,0

FONTE: *Censo Demográfico, 1970 FIBGE/IBGE, Série Regional, Vol. I, Tomo XVIII, 2.º Parto.*

1) Apenas o núcleo central;

2) Inclui 8 Municípios com mais de 50 mil habitantes em 1970, conforme descrição do Apêndice B;

3) Calculada com base no número de migrantes das colunas (B) e (D).

A constatação anterior envolve algumas alternativas possíveis de explicação; acreditamos que todas devam ser levadas em conta. Uma parte da explicação deve-se ao próprio caráter dos movimentos inter-regionais, isto é, à maior distância envolvida, a procura de oportunidades realmente novas e, por último, à crença de que quanto maior a cidade maior a possibilidade de se conseguir emprego.⁵⁵ Ou seja, para uma pessoa que se decida a sair do Nordeste e ir para o Estado de São Paulo, é bem pouco provável que ela pense em ir para o interior antes de pensar em seguir para a capital. Outra parte da explicação resume-se na aceitação da

⁵⁵ Este raciocínio, além de lógico, não é desmentido no caso brasileiro, pois São Paulo continua sendo a cidade de maior volume de incorporação de mão-de-obra adicional no Brasil.

idéia das migrações por etapas: neste caso, parte dos migrantes encontrados nas cidades pequenas⁵⁶ teriam residência temporária, deslocando-se mais tarde para centros maiores. Esta hipótese incluiria os migrantes rurais-urbanos da própria região e os dos povoados e vilas que começam a caminho rumo às cidades grandes.

É interessante notar que enquanto 60% dos migrantes encontrados nos Municípios de São Paulo provinham de fora do Estado, nos demais Municípios da Grande São Paulo⁵⁷ esta proporção é de 26%. Como o conceito de migração que estamos utilizando refere-se ao último deslocamento, sem que necessariamente haja relação com o lugar de nascimento, é de acreditar que os migrantes cheguem primeiro no núcleo central da metrópole, só então “descobrimo” que as principais indústrias — empregos — localizam-se na periferia. Nos casos dos Municípios fora da Grande São Paulo, há um nítido predomínio de migrantes da própria região; o grande êxodo rural registrado em período recente no Estado⁵⁸ é um ponto a ser considerado, pois os próprios Municípios do interior recebem substanciais fluxos migratórios dos Estados limítrofes.

Restaria indagar até que ponto São Paulo tem padrões migratórios próximos aos das demais regiões, já que por se tratar de uma região em estágio muito superior de desenvolvimento, poderia assumir características distintas. No que toca à percentagem inter/intra-regionais os números são parecidos: 36% para São Paulo e 37% para as demais regiões, exclusive São Paulo.⁵⁹ Esta observação por si — não dispomos de comparações adicionais — não comprova a semelhança dos padrões de São Paulo com os das demais regiões, mas sugere que as diferenças não são muito grandes.

⁵⁶ Digamos, as com até 50 mil habitantes.

⁵⁷ Foram considerados no Quadro 8 apenas os Municípios com mais de 50 mil habitantes em 1970. Veja-se o Apêndice B.

⁵⁸ Entre 1960 e 1970, a população rural do Estado decresceu à taxa anual de 3%.

⁵⁹ Confira-se Quadro 8 para São Paulo e *Migrações Internas no Brasil ...*, *op. cit.*, Cap. 3, para a média das demais regiões.

5 — Considerações finais

Os pontos de vista expostos a seguir baseiam-se nas seções anteriores, sem que, no entanto, nos limitemos às evidências apresentadas.⁶⁰ Tratamos do problema das migrações internas em trabalho anterior,⁶¹ mais amplo, o que serviu para solidificar nossas opiniões sobre o assunto.

Em linhas gerais, estamos convencidos de que: 1) a orientação e a densidade dos fluxos migratórios decorrem basicamente do processo histórico de desenvolvimento; 2) o sentido e a dimensão destes fluxos vêm-se mostrando razoavelmente adequados, quer no plano regional, quer no urbano-rural; 3) o aparente gigantismo de algumas cidades só pode ser considerado excessivo quando o aspecto demográfico é isolado dos demais, pois, se levarmos em conta a primazia econômica destas cidades, a concentração demográfica perde seu caráter de anomalia.

As implicações práticas da aceitação destas afirmações são discutidas mais adiante. Vamos tentar agora tornar mais claro o significado de cada ponto.

Ao relacionarmos os fluxos migratórios aos padrões históricos de desenvolvimento estamos admitindo, conforme exposto na Introdução, que a mobilidade populacional representa o somatório de ações individuais (ou familiares) em reação a desequilíbrios no mercado de trabalho.⁶² Em outras palavras, a relativa abundância de mão-de-obra faz deste fator o menos importante na localização de projetos de investimentos; então, na medida em que mudam os pólos de crescimento da economia, as pessoas são induzidas a mudarem de residência, em busca de melhores oportunidades de trabalho.

⁶⁰ Se alguma controvérsia surgisse das opiniões aqui emitidas, teria sido atingido o objetivo de sua explicitação.

⁶¹ *Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos*, em colaboração com Eduardo Werneck de Carvalho e Maria Thereza Castro e Silva, IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa n.º 19, (Rio de Janeiro: 1973).

⁶² Acreditamos que os motivos econômicos sejam a maioria absoluta das razões de migrar. Mas, ao falarmos apenas no mercado de trabalho estamos tomando a renda como o indicador mais seguro destes motivos. Quando uma mudança se realiza para que alguém possa estudar, consideramos que ainda se trate de uma razão econômica.

Desde o início da colonização do Brasil tivemos diversos exemplos destas ondas migratórias. A descoberta do ouro em Minas Gerais, que coincidiu com certo declínio da economia açucareira, foi a primeira experiência notável. No final do século passado e início deste, a exploração da borracha na Amazônia atraiu considerável fluxo de migrantes, especialmente nordestinos. Neste século, São Paulo, Paraná e o Centro-Oeste, em ordem cronológica, representam fases que, apesar da superposição, marcam a localização espacial das frentes de expansão.⁶³ Apesar das dificuldades apresentadas pela região da Amazônia — meio ambiente, distância do Centro-Sul — não será de admirar que largos fluxos migratórios se dirijam para a região, desde que tenham sucesso os planos oficiais de colonização, pois, a modernização e/ou decadência de zonas agrícolas do Centro-Sul e do Nordeste deixa subutilizada uma boa parte da mão-de-obra rural.

Da mesma forma, o confronto rural-urbano aponta a dependência da localização populacional sobre a localização do crescimento econômico. Se por volta de 1920 o produto gerado na agricultura foi 3,8 vezes superior ao da indústria, no final dos anos 60 o produto industrial já era quase o dobro do agrícola.⁶⁴ Por outro lado, enquanto a população agrícola ocupada representava 70% do total, em 1920, a PEA agrícola em 1970 baixara a cerca de 44% do total.⁶⁵

⁶³ A Capital de São Paulo passou de cerca de 250 mil habitantes em 1900, para uns 8 milhões, em 1970, na Área Metropolitana. No mesmo período, a população do Paraná cresceu de 327 mil para 7 milhões, e a do Centro-Oeste, de 373 mil para 5 milhões. Enquanto a população do País multiplicou-se cinco vezes, no período, a do Centro-Oeste — menor crescimento das três — expandiu-se treze vezes.

⁶⁴ A primeira relação refere-se ao produto físico e foi extraída de *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, de Annibal Villela e Wilson Suzigan, IPEA/INPES, Monografia n. 10, (Rio de Janeiro: 1973), Apêndice A, Tabela A-1; a segunda refere-se à renda interna de 1969, extraída de *Conjuntura Econômica*, *op. cit.*

⁶⁵ Para a população ocupada em 1920, veja-se o trabalho citado de Villela e Suzigan, Tabela B.23; para a PEA em 1970, confira-se *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico*, FIBGE/IBGE.

As observações acima, se não chegam a demonstrar rigorosamente que existe uma correlação estrita entre as diferenças — regionais ou urbano-rurais — no sistema produtivo e o sentido e densidade dos fluxos migratórios, servem para mostrar, *a posteriori*, que os migrantes vêm captando com razoável acuidade as transformações espaciais do crescimento econômico.

A concentração populacional nas grandes cidades é pouco evidente, quando tratamos isoladamente a população urbana. O Quadro 3, por exemplo, mostra que os 10 maiores centros urbanos em 1960, tiveram sua participação no total da população urbana reduzida entre 1950 e 1970; o mesmo ocorreu com as Áreas Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. O Quadro 6 indica que os centros urbanos com mais de 500 mil habitantes concentravam cerca de 38% da população urbana e de 55% do emprego industrial. Em outras palavras, não parece estar ocorrendo urbanização desvinculada do processo de produção; em conseqüência, qualquer política que vise a modificar as tendências dos fluxos migratórios deve ser precedida de alterações nos padrões locacionais do crescimento.

Pretendemos que a observação anterior seja tomada como ponto central deste artigo. Para tanto, vamos insistir um pouco mais nela. Partimos de uma firme convicção de que os fluxos migratórios não podem ser considerados como variável exógena, isto é, julgamos anti-histórica e inviável a pretensão de estabelecer uma política migratória que não esteja diretamente associada ao modelo de desenvolvimento adotado, quer pelo governo, quer pela iniciativa privada. Enquanto a Grande São Paulo continuar sendo o espaço geográfico preferido para a localização dos principais projetos industriais, não haverá sentido em querer interromper o crescimento demográfico desta Área Metropolitana. De forma mais geral, a continuação do predomínio dos investimentos no meio urbano será seguida da urbanização generalizada.

A única forma consistente de ordenar o crescimento demográfico regional ou urbano-rural é atuar sobre o processo produtivo, incentivando sua desconcentração no grau desejado.

Apêndice A

I. Os Quadros 3 e 4 tratam de centros urbanos e, não, de Municípios. Isto se deve à agregação de diversos Municípios, em que a conurbação e a complementaridade funcional exigem que sejam tomados conjuntamente; são as chamadas Áreas Metropolitanas.

Em virtude da variada faixa de inclusões e exclusões, listamos abaixo os Municípios que consideramos em cada Área Metropolitana. Para o Grande Rio ainda não foi solucionado o problema institucional, o que nos levou a considerar os Municípios mais comumente incluídos. Para as demais, a base foi o Projeto de Lei Complementar, já aprovado com modificações.

- | | |
|--|---|
| 1) <i>Belém</i>
Ananindeua | 5) <i>Belo Horizonte</i>
Betim
Caeté |
| 2) <i>Fortaleza</i>
Caucaia
Maranguape | Contagem
Ibirité
Igarapé
Lagoa Santa
Nova Lima
Pedro Leopoldo
Raposos
Ribeirão das Neves
Rio Acima
Sabará
Santa Luzia
Vespasiano |
| 3) <i>Recife</i>
Cabo
Igarassu
Jaboatão
Moreno
Olinda
Paulista
S. L. da Mata | |
| 4) <i>Salvador</i>
Camaçari
Candeias
Itaparica
Lauro de Freitas
São Francisco do Conde
Simões Filho
Vera Cruz | 6) <i>São Paulo</i>
Arujá
Barueri
Biritiba Mirim
Caieiras
Cajamar
Carapicuíba
Cotia |

- | | |
|-----------------------|------------------------|
| Diadema | Contenda |
| Embu | Piraquara |
| Embu-Guaçu | São José dos Pinhais |
| Ferraz de Vasconcelos | |
| Francisco Morato | 8) <i>Porto Alegre</i> |
| Franco da Rocha | Alvorada |
| Guararema | Cachoeirinha |
| Guarulhos | Campo Bom |
| Itapecerica da Serra | Canoas |
| Itapevi | Estância Velha |
| Itaquaquecetuba | Esteio |
| Jandira | Gravataí |
| Juquitiba | Guaíba |
| Mairiporã | Novo Hamburgo |
| Mauá | São Leopoldo |
| Mogi das Cruzes | Sapiranga |
| Osasco | Sapucaia do Sul |
| Pirapora do Bom Jesus | Viamão |
| Poá | |
| Ribeirão Pires | 9) <i>Grande Rio</i> |
| R. G. da Serra | Guanabara |
| Salesópolis | Duque de Caxias |
| Santa Isabel | Paulo de Frontin |
| Santana do Parnaíba | Itaboraí |
| Santo André | Itaguaí |
| São Bernardo | Magé |
| São Caetano | Maricá |
| Suzano | Mendes |
| Taboão da Serra | Nilópolis |
| | Niterói |
| 7) <i>Curitiba</i> | Nova Iguaçu |
| Almirante Tamandaré | Paracambi |
| Araucária | Petrópolis |
| Bocaiúva do Sul | São Gonçalo |
| Campo Largo | São João de Meriti |
| Colombo | |

II. O grupamento dos centros urbanos nos Quadros 3 e 4 teve como base a população urbana dos Municípios. No Quadro 3, conforme descrito na Seção 3, a classificação do Censo de 1960 foi mantida em 1950 e 1970, isto é, as participações dos grupos de tamanho em cada Censo referiam-se às mesmas cidades. No Quadro 4, permitiram-se recomposições das classes de tamanho, o que significa possíveis alterações, a cada Censo; ou seja, os Municípios podem trocar de classe de tamanho de um Censo para outro.

O conceito de população urbana não é uniforme nos três Censos. No tocante a 1950, só dispúnhamos da “população urbana na sede municipal”; em 1960, da “população urbana total”, que inclui os distritos; e, em 1970, dos dois conceitos. Como não havia compatibilização inteiramente adequada, decidimos tomar as informações da maneira apresentada nos Censos. Assim, em 1960 e 1970, os dados referem-se ao “total da população urbana” e, em 1950, à “população urbana da sede municipal”.

Dada esta diferença de conceitos, as taxas de crescimento do período 1950-70 foram ligeiramente superestimadas, já que os distritos são incluídos no ano final e excluídos do inicial.⁶⁶

Apêndice B

A elaboração do Quadro 8 baseou-se nos resultados definitivos do Censo Demográfico de 1970.⁶⁷ Os Municípios cuja “população urbana total” era igual ou superior a 50 mil habitantes foram considerados individualmente, no que toca às seguintes informações: população total, total de migrantes residentes, migrantes com residência anterior no próprio Estado (intra-regionais) e migrantes com residência anterior em outro (inter-regionais).

Na Área Metropolitana de São Paulo só foram incluídos os Municípios que atendiam ao quesito anterior: população urbana igual

⁶⁶ Em 1970, a “população urbana total” do País era em 11,4% superior à “população urbana nas sedes municipais”.

⁶⁷ *Censo Demográfico, 1970*, FIBGE/IBGE, Série Regional, vol. I, tomo XVIII, segunda parte.

ou superior a 50 mil habitantes. Além do núcleo central (Município de São Paulo) foram incluídos os seguintes: Diadema, Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo e São Caetano. Ressalte-se que estes 8 Municípios representam 91% da "população urbana total" dos 37 que formam a Área Metropolitana, listados no Apêndice A. Isso significa dizer que quantitativamente não deve haver alterações no Quadro 8 devido à simplificação adotada.